

## **SUSPENSÃO DE LIMINAR 1.882 PARAÍBA**

<b>REGISTRADO</b>	<b>: MINISTRO PRESIDENTE</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: MUNICIPIO DE JOAO PESSOA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA</b>
<b>REQDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: ESTADO DA PARAIBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: CAMARA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA CAMARA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA</b>

**DESPACHO:** Intimem-se a parte autora da demanda de origem e, após, o Procurador-Geral da República, para que se manifestem sobre o pedido em prazos sucessivos de 72 horas, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 8.437/1992.

Na sequência, retornem os autos à Presidência deste Supremo Tribunal.

Publique-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2026.

Ministro **EDSON FACHIN**

Presidente

*Documento assinado digitalmente*